

Contribuições estratégicas da Folkcomunicação no contexto de rupturas democráticas¹

*Cristina Schmidt*²

Submetido em: 08/04/2021

Aceito em: 01/06/2021

RESUMO

“Sopram ventos malignos no planeta azul”. Com essa frase Manuel Castells (2018) inicia uma análise dramática sobre as múltiplas crises por que passam os sistemas democráticos no mundo. Desde os países considerados potências econômicas aos subdesenvolvidos, eles se rendem ao neoliberalismo selvagem e recuam suas ações de compromisso social gerando impactos de grande retrocesso em todas as áreas: habitação, alimentação, emprego/renda, saúde, educação, cultural. Uma instabilidade que provocou levantes populares de protesto por meio de grandes mobilizações públicas em inúmeros países durante todo o ano de 2019. E é nesse contexto de rupturas e manifestações que delineamos uma reflexão para entender o papel da Folkcomunicação como método de pesquisa estratégico; seja na identificação dos atores e procedimentos comunicativos de grupos sociais de resistência, seja na utilização dos conceitos que definem os mecanismos comunicativos e as características dos grupos marginalizados. Uma reflexão com abordagem qualitativa descritiva, por meio de levantamento bibliográfico e documental, que foi desenvolvida em duas etapas: a primeira traz o contexto das manifestações em face as rupturas democráticas e, a segunda, elucida aspectos teóricos e metodológicos da Folkcomunicação que auxiliam em um descortinar estratégico. Desse modo, pudemos constatar que a Folkcomunicação é disciplina fundamental para abranger esse contexto e, ainda, esclarecer como os grupos marginalizados criam processos folkcomunicacionais de insurgência, pressão e determinação social.

PALAVRAS-CHAVE

Folkcomunicação; Grupos Marginalizados; Democracia; Metodologia.

¹ Esse texto foi desenvolvido a partir de palestra proferida no VI Encontro Internacional de Folkcomunicação, como atividade pré-congresso ao IBERCOM – Congresso Ibero americano de pesquisadores em Comunicação, na cidade de Bogotá-Colômbia em 2019.

² Doutora em Comunicação e Semiótica – PUC-SP, fez estágio pós-doutoral em Comunicação para o Desenvolvimento Regional pela Cátedra UNESCO/Umesp. Mestre em Comunicação, teoria e ensino - UMESP-SP. Atualmente é professora na Faculdade Bertioiga e pesquisadora do Programa de Mestrado em Políticas Públicas na Universidade de Mogi das Cruzes – UMC. Correio eletrônico: cris_schmidt@uol.com.br

Strategic Contributions of Folkcommunication in the context of democratic ruptures

ABSTRACT

"Evil winds are blowing on the blue planet." With this phrase Manuel Castells (2018) begins a dramatic analysis of the multiple crises that democratic systems in the world are going through. From the countries considered economic powers to the underdeveloped, they surrender to savage neoliberalism and retreat their actions of social commitment, generating major setbacks in all areas: housing, food, employment / income, health, education, cultural. An instability that provoked popular uprisings of protest through large public mobilizations in countless countries throughout 2019. And it is in this context of ruptures and manifestations that we delineated a reflection to understand the role of Folkcommunication as a strategic research method; either in the identification of the actors and communicative procedures of social resistance groups, or in the use of the concepts that define the communicative mechanisms and the characteristics of marginalized groups. A reflection with a qualitative descriptive approach, through bibliographic and documentary survey, which was developed in two stages: the first brings the context of the manifestations in the face of democratic ruptures and, the second, elucidates theoretical and methodological aspects of Folkcommunication that assist in a unveil strategic. In this way, we could see that Folkcommunication is a fundamental discipline to cover this context and, further, to clarify how marginalized groups create folkcommunication processes of insurgency, pressure and social determination.

KEY WORDS

Folkcommunication; Marginalized Groups; Democracy; Methodology.

Aportaciones estratégicas de la Folkcomunicacion en el contexto de las rupturas democráticas

RESUMEN

"Vientos malignos soplan sobre el planeta azul". Con esta frase Manuel Castells (2018) inicia un análisis dramático de las múltiples crisis que atraviesan los sistemas democráticos en el mundo. Desde los países considerados potencias económicas hasta los subdesarrollados, se entregan al neoliberalismo salvaje y retroceden sus acciones de compromiso social, generando grandes retrocesos en todos los ámbitos: vivienda, alimentación, empleo / renta, salud, educación, cultural. Una inestabilidad que provocó levantamientos populares de protesta a través de grandes movilizaciones públicas en innumerables países a lo largo de 2019. Y es en este contexto de rupturas y manifestaciones que delineamos una reflexión para

entender el papel de la Folkcomunicacion como método estratégico de investigación; ya sea en la identificación de los actores y procedimientos comunicativos de los grupos de resistencia social, o en el uso de los conceptos que definen los mecanismos comunicativos y las características de los grupos marginados. Una reflexión con enfoque descriptivo cualitativo, a través de un relevamiento bibliográfico y documental, que se desarrolló en dos etapas: la primera acerca el contexto de las manifestaciones ante las rupturas democráticas y, la segunda, dilucida aspectos teóricos y metodológicos de la comunicación popular que ayudan a un desvelar estratégico. De esta forma, pudimos ver que la Folkcomunicacion es una disciplina fundamental para cubrir este contexto y, además, aclarar cómo los grupos marginados crean procesos de folkcomunicacion de insurgencia, presión y determinación social.

PALABRAS CLAVE

Folkcomunicacion; Grupos marginados; Democracia; Metodología.

Introdução

“Sopram ventos malignos no planeta azul”. Com essa frase Manuel Castells (2018) inicia uma análise dramática sobre as múltiplas crises por que passam os sistemas democráticos no mundo, e segue aprofundando a reflexão em seu livro “Ruptura: a crise da Democracia Liberal”. Ele demonstra como a anormalidade econômica tem se prolongado com estratégias de deslegitimação do Estado e instituições democráticas, com a precarização dos processos de diálogo e representatividade, e com controle social. No campo da política e da cultura, uma violência crescente contra todos aqueles que tentam insurgir e tomar seu lugar na história: mulheres, negros, comunidades tradicionais, indígenas. Uma desarticulação dos processos e projetos culturais expondo “uma galáxia de comunicação dominada pela mentira”, que tira a privacidade, e promove a “cultura do entretenimento, construída sobre o estímulo de nossos baixos instintos e a comercialização de nossos demônios.” (2018, p.7)

São esses meios que também são utilizados como mecanismos de controle social, limitando as ações sociais e criminalizando movimentos de crítica e rompimento de paradigma. Em nome da segurança, uma rede interconecta todos os sujeitos a esses mecanismos, cruzando dados, vendendo informações pessoais e condicionando a população por meio de algoritmos. As escolhas são determinadas por essa “galáxia da comunicação”, pautada por um “terrorismo fanático que fratura a convivência humana, alimenta o medo cotidiano e dá amparo à restrição de liberdade em nome da segurança” (Castells, 2018, p.7).

Nas democracias, as instituições vão sendo aprimoradas e legitimadas em nome de um interesse comum, para amparar a sociedade. Mas, nesse momento, a desconfiança generalizada nas instituições por todas as partes do mundo, “deslegitima a representação política” rompendo o elo “emocional e cognitivo”. “Trata-se do colapso gradual de um modelo político de representação e governança: a democracia liberal que se havia consolidado, nos dois últimos séculos, à custa de lágrimas, suor e sangue, contra estados autoritários e o arbítrio institucional”. (Castells, 2018, p.8)

Em vários momentos históricos esse rompimento entre governantes e governados levou à morte da democracia. A maioria delas acabou com conflitos armados, intervenção militar e golpes de Estado, a exemplo do que aconteceu durante o período da Guerra Fria com países como: Brasil, Argentina, Guatemala, Peru, Uruguai, Grécia, Gana, Paquistão, Turquia, Tailândia e República Dominicana. E, recentemente, golpes militares também tomaram os governos do Egito, novamente da Tailândia e, nesse início do ano 2021, golpe em Mianmar – com a tomada de poder pelo exército e prisão de lideranças governamentais eleitas legitimamente. São todos exemplos de rupturas democráticas ou fim da democracia por meio da força e coerção militar.

“Porém, há outra maneira de arruinar uma democracia. É menos dramática, mas igualmente destrutiva. Democracias podem morrer não nas mãos de generais, mas de líderes eleitos – presidentes ou primeiros-ministros que subvertem o próprio processo que os levou ao poder” (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018, p. 14-15). E, isso ocorre de modo muito planejado, com apoio de grupos de direita populista ou extrema direita, num retorno ao conservadorismo e ascensão de grupos religiosos tradicionalistas e fanáticos, milícias, e de grupos dos “extremamente ricos” no meio político. Exemplos atuais dessa ruína democrática por meio de lideranças eleitas são Trump, Le Pen, Macron, Bolsonaro que provocaram desmontes e inflamaram as populações contra grupos minoritários, contra a ciência e as instituições.

Esses governos promoveram ampla disseminação de informações falsas; geraram insegurança, medo e violência; controlaram a liberdade de expressão e manifestação. É nesse passo que segue o desmantelamento do sistema político no Brasil, a partir do golpe de 2016 encaminhado como legítimo pelo poder legislativo, resultando no impedimento da Presidenta Dilma Roussef. Os presidentes que a sucederam, Michel Themer e Jair Bolsonaro, têm como

referência uma cartilha de desmonte do Estado e descrédito às instituições, de rupturas e total decomposição democrática.

Em meio a um bombardeamento de informações falsas, esses políticos se elegeram como salvadores de um sistema apresentado como corrupto e inapto para atender às necessidades da população. Campanhas ostensivas de notícias falsas, sem dados comprovados ou destorcidos, são utilizados para desqualificar o Estado, Organismos Internacionais (ONU, OMS), Organizações não governamentais e qualquer grupo que defenda políticas de inclusão, participação e cidadania. Esses, provocaram divergências e dualidades, um fanatismo que têm alimentado o medo, a desconfiança nas instituições, e está desestruturando a convivência humana. (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018)

Esses impactos políticos trazem como consequência um grande retrocesso em termos de políticas de proteção social relacionadas à todas as áreas: habitação, alimentação, emprego/renda, transporte, saúde, educação etc. Uma instabilidade que acabou provocando levantes populares em grandes manifestações públicas em várias partes do mundo, tendo como estopim diferentes causas: preço da passagem do transporte público, violência policial e social, desemprego, múltiplos preconceitos de raça, gênero, credo ou classe social.

Todo esse contexto ficou evidenciado no último relatório da *Economist Intelligence Unit* (EIU) de 2019, que aponta uma crescente degeneração dos sistemas democráticos nos últimos 15 anos, período em que a instituição acompanha e avalia sistematicamente 167 países. O documento evidencia que menos de 6% da população mundial vive uma democracia plena. Os EUA, por exemplo, tiveram um retrocesso histórico sob o governo de Donald Trump, colocando o país mais potente do mundo como “democracia defeituosa”. Do mesmo modo avalia o Brasil e a Polônia, por exemplo, como países descomprometidos e com atitudes que impulsionam grupos extremistas, estimulam ações de ódio e preconceito, se impõem ao sistema judiciário, interferem negativamente às empresas de comunicação – inclusive fechando empresas públicas e patrocinando empresas de “fake-news”, desestruturam áreas importantes como ciência, saúde, educação e cultura.

O relatório demonstra as falhas estruturais e de gestão, problemas e distorções no sistema jurídico, falta de inserção e compromisso social da classe política, diminuição acentuada dos canais de participação e proteção social. Isso gera consequências dramáticas em relação aos pressupostos democráticos e políticas públicas que advenham daí. Resultado:

aumento da exclusão social em todos os níveis, marginalização e vulnerabilidade acentuados, rompimento dos canais de diálogo, aumento da violência generalizada – policial, familiar, no campo, nas empresas, e entre diferentes grupos socioculturais.

Essas “democracias defeituosas”, conforme o relatório, só não foram mais precarizadas pelo fato de multidões, pelo mundo todo, irem às ruas em 2019 para protestar e exigir que se mantenham os direitos historicamente conquistados. E, ainda denunciarem os múltiplos problemas sociais que são reflexos de uma crise ainda mais profunda que leva à incapacidade de solucionar as demais crises que envolvem o contexto: “a ruptura da relação entre governantes e governados”. Na arena política democrática são múltiplos os atores que desempenham papéis importantes para pressão, constituição, implementação, usufruto e avaliação de políticas públicas. Cada segmento/instituição constrói sua legitimidade como fruto de uma relação de aprimoramento histórico dentro do sistema social vigente (SECCHI,2017).

E é nesse contexto de rupturas e manifestações, que delineamos uma reflexão para entender o processo de desmantelamento dos sistemas democráticos e o papel da Folkcomunicação como método de leitura dessa realidade, identificando atores e procedimentos comunicativos de grupos sociais de resistência, bem como, trazer os conceitos que definem os mecanismos comunicativos e as características dos grupos marginalizados. Além disso, evidenciar como a Folkcomunicação é instrumento de mediação, processo de mobilização e ativismos. Uma reflexão com abordagem qualitativa descritiva, por meio de um levantamento bibliográfico e documental, é desenvolvida em duas etapas: a primeira trazendo o contexto das manifestações em face as rupturas democráticas e, a segunda, aspectos teóricos e metodológicos da Folkcomunicação que auxiliam em um descortinar estratégico.

Das rupturas às insurgências dos grupos marginalizados

O ano de 2019 seguia com crescentes movimentos de protestos populares e insurgências de populações em muitos países da América Latina (Chile, Brasil, Venezuela, Peru, Colômbia) e de outros continentes (EUA, Espanha, Reino Unido), reivindicando a manutenção de um Estado-nação³, de uma democracia participativa⁴, e o reconhecimento de processos legítimos de eleição, mobilização/manifestação, políticas sociais e liberdade de expressão. Essa ebulição veio à tona por conta de um aumento acentuado de violência contra grupos minoritários, uma crescente onda de desemprego e fome, corrupção e distanciamento acentuado entre eleitores-eleitos e golpes políticos de destituição presidencial com substituição por políticos de direita populista e autoritária.

Tudo, como parte das estratégias do neoliberalismo de levar as nações a um Estado mínimo. E, “quanto mais o Estado-nação se distancia da nação que ele representa, mais se dissociam o Estado e a nação”, provocando uma crise de legitimidade disseminando fortemente uma imagem negativa das Instituições democráticas entre os cidadãos, marginalizando-os cada vez mais dos processos de decisão e cidadania (CASTELLS, 2018, p.19)

Essa configuração neoliberal vem sendo consolidada nas últimas duas décadas com a conjunção de uma série de fatores. A globalização da economia e da comunicação vem limitando a autonomia dos Estados-nação e levando para a agenda pública problemáticas e soluções em âmbito global – violação de direitos humanos, mudança climática, crise financeira, regulação econômica e terrorismo; deixando problemas públicos regionais e locais em segundo plano. Políticas e direitos fundamentais foram desregulamentados, provocando

³ Dentro da complexidade do termo e diferentes abordagens teóricas, foi adotada uma concepção que se aproxima às reivindicações coletivas exemplificadas neste capítulo: “a dimensão menos material do Estado, com a qual ele se mostra como ambiente ético e sociocultural demarcado por regras, tradições, valores e modos de sentir, no qual se estabelecem as bases da reciprocidade entre os cidadãos (um marco normativo, uma moldura cultural, um ‘pacto funcional’). [...] o Estado como a ‘expressão jurídica de uma comunidade politicamente organizada’. Ela diz respeito aos mecanismos com que as comunidades dão corpo aos pactos essenciais que viabilizam sua existência coletiva, reproduzindo-a de modo ideal e simbólico.” (GIOVANNI e NOGUEIRA, 2018, p.325)

⁴ A Democracia participativa tornou-se valor social e novas perspectivas de governo voltado ao coletivo. “Ao lado da democracia deliberativa, a democracia participativa consolidou-se como um novo modelo democrático. Sua maior vocação é problematizar e questionar a democracia representativa, vista como limitada pelo caráter instrumental, individualista e competitivo que acarretaria inevitável redução da política ao mecanismo eleitoral e rebaixamento da cidadania.” (GIOVANNI e NOGUEIRA, 2018, p.247)

uma instabilidade social e uma desqualificação generalizada dos processos produtivos e institucionais para os cidadãos.

A desigualdade social resultante entre valorizadores e desvalorizados é a mais alta da história recente. E mais, a lógica irrestrita do mercado acentua as diferenças entre capacidades segundo o que é útil ou não às redes globais de capital, de produção e de consumo, de tal modo que, além da desigualdade, há polarização; ou seja, os ricos estão cada vez mais ricos, sobretudo no vértice da pirâmide, e os pobres cada vez mais pobres. (CASTELLS, 2018, p.18)

A precarização da vida e a pauperização está sendo constatada e apontada com grande preocupação por órgãos internacionais mundiais, como a ONU, a UNICEF e a OMS, que alertam as lideranças científicas e políticas mundiais a fim de encontrarem estratégias para superação desse processo devastador. De acordo com o relatório da Insegurança Alimentar e Nutricional no Mundo da ONU de 2019, “dezenas de milhões se juntaram às fileiras de subnutridos crônicos nos últimos cinco anos”. Nesse período, diversos dados demonstram que somente no ano de 2019 mais de 690 milhões de pessoas passaram fome. (UNICEF, 2020)

A avaliação é que a cada ano cerca de 10 milhões de pessoas entram para a linha de extrema pobreza. Somente no período de pandemia de Covid-19 em 2020, o relatório estimou mais de 130 milhões com fome crônica no mundo. Na América Latina esse número chega a 42,5 milhões de pessoas passando fome e 55% da população sofrendo com subnutrição.

Essa questão está diretamente relacionada com a desaceleração econômica que vem ocorrendo ano a ano desde 2008. Houve uma deterioração das finanças públicas, principalmente em países que dependiam de exportações como, por exemplo, os países da América Latina e Caribe. Com isso, uma queda no PIB levou a reestruturação de todos os segmentos produtivos, e conseqüentemente a um aumento generalizado do desemprego. Com rendimentos familiares reduzidos, mais de 41 milhões de desempregados, o número de pessoas pobres na AL subiu para 83 milhões. (BRASIL DE FATO, 2020)

Diversos estudos, dentre eles o Relatório da *ActionAid* do Banco Mundial, avaliam esse cenário como decorrente de uma série de retrocessos políticos e rupturas democráticas que envolvem os países latino-americanos como “o desmonte das políticas públicas de Segurança Alimentar, a demolição da estrutura institucional de apoio a programas sociais, e a destruição dos meios de subsistência”. Pobreza e fome agravadas no contexto da pandemia do novo

coronavírus e, particularmente no Brasil, com dois outros fatores considerados como agravantes: a “devastação ambiental e a redução do auxílio emergencial”.

O Brasil tinha reduzido a fome e a pobreza extrema a um percentual insignificante em 2014, cerca de 40 milhões de pessoas foram retiradas da pobreza e miséria em um trabalho de quase duas décadas com políticas de Estado como o “Fome Zero” e a “Bolsa Família”. Porém, em 2020, o país volta para o Mapa da Fome da ONU com cerca de 7% da população em estado de miserabilidade e insegurança alimentar, quase 15 milhões de brasileiros passam fome, de acordo com o Relatório do Banco Mundial (HYPENESS,2020).

Como apontado acima, essa realidade é desenhada pelas mãos da crise econômica, mas principalmente e também pela crise política de rompimento entre Estado e nação. Essas conjunturas promovem cortes em políticas públicas de proteção social e retiram direitos conquistados historicamente pelos cidadãos, como direitos trabalhistas, acesso à alimentação, ao sistema de saúde e à escolarização pública universal. Para se ter uma ideia, entre 2014 e 2017, cerca de 1,5 milhão de auxílios pelo Programa Bolsa Família foram suprimidos. E, no atual governo de Bolsonaro, somente no mês de março de 2020, em meio à crise social gerada pelo coronavírus, o governo federal fez um corte de mais de 158 mil bolsas (UOL, 2020). E, ainda, aliado a isso, outras áreas sociais também estão sendo profundamente impactadas como a saúde, a educação/pesquisa e a cultura. Com o congelamento dos gastos públicos por 20 anos, aprovado pelo governo Temer, na chamada “PEC da Morte 241”, a Emenda Constitucional nº 95/2016 que estabelece um teto de gastos públicos no período de 20 anos. Por meio desta, ficou determinado que não haja crescimento nas diferentes pastas governamentais acima da inflação, impactado em fortes prejuízos para a manutenção e ampliação dos direitos fundamentais da população.

Esse contexto gerou um descontentamento em vários segmentos sociais que fazem grandes mobilizações e protestos. Em maio de 2019 mais de um milhão vão às ruas em defesa da educação e contra a reforma da Previdência. Em junho do mesmo ano, com o corte anunciado pelo MEC de 30% no orçamento destinado à educação nas universidades federais e na seguridade social, aprovação da ampliação de idade mínima para a aposentadoria e o corte significativo nos valores a receber pelos pensionistas.

Com isso, mais de 45 milhões de pessoas protestaram por todo o país, em manifestações e greves. Movimentos sociais, partidos e sindicatos reunidos nas frentes Povo

sem Medo e Brasil Popular protestaram em todas as capitais brasileiras, e em mais 375 cidades. Na Avenida Paulista em São Paulo, avenida símbolo da economia do país e também das grandes manifestações populares, 50 mil manifestantes demarcaram seu descontentamento com as pautas governamentais. Em agosto de 2019 os estudantes se mantêm protestando por todo o país. Em setembro, pipocam protestos contra o governo Bolsonaro, exigindo investigações sobre a morte da vereadora Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes – Quem matou? Quem mandou matar? (REDE BRASIL ATUAL, 2019).

Por todo o mundo foram muitos os protestos que abalaram o ano de 2019. Foi um ano em ebulição, como já dissemos, por conta de economias em colapso, corrupções governamentais e empresariais, aumento de violência, desigualdades de todos os tipos, resultando em rupturas democráticas. Esse conjunto de fatores motivaram os efervescentes ativismos civis/populares em defesa de direitos, participação e de manutenção da democracia. Levaram multidões às ruas que, em alguns países, como o Chile, se mantiveram por meses. Algumas foram marchas pacíficas, outras de grande enfrentamento com as forças de segurança, e em sete países (Porto Rico, Venezuela, Bolívia, Argélia, Líbano, Iraque e Sudão) levaram à derrubada ou renúncia de lideranças governamentais.

No Chile, por exemplo, o transbordamento popular foi provocado pelos reajustes dos preços do transporte público. A isso foram se somando outras problemáticas de exclusão e desigualdades e se transformou num movimento de gigantesca proporção em número de manifestantes e em tempo de permanência dos atos públicos. Foram meses de protestos pacíficos e violentos com grande enfrentamento às forças militares. Em resposta a pressão popular, as instâncias governamentais, lideradas pelo presidente Sebastián Piñera, recuam em algumas medidas: reduzem salários de políticos, reveem os valores do transporte público e, o principal, abrem para uma nova constituinte com participação popular. O povo se sentiu efetivamente como ator num processo de reconstrução democrática.

Em praticamente todos os países da América Latina os protestos populares expressaram a insatisfação e o distanciamento na relação Estado-Nação. Se jogaram em denúncias, críticas e ativismos evidenciando as mazelas do neoliberalismo contra as democracias latinas. Em Porto Rico, uma catástrofe natural levou a população às ruas. Um furacão, que deixou milhares de desabrigados e famintos, provocou um rompante geral no país que trouxe todas as insatisfações para a pauta de reivindicações e protestos: corrupção envolvendo o governo,

desigualdade social, opressão social. Isso, confluíu para a renúncia do então governante Ricardo Rosselló em julho de 2019.

Na Venezuela a fome e a hiperinflação, foram os motivos encontrados pelos grupos de oposição a Nicolás Maduro, para criarem manifestações violentas contra o governo. Geraram indisposições mundiais para o presidente, criando inclusive pressões internacionais para uma intervenção e a tomada de poder. Levou à evidência alguns políticos como Juan Guaidó, se colocando como representante do povo e presidente interino. Gerou rompimento com alguns países intervencionistas como os EUA de Ronald Trump e a Colômbia, e gerou a um movimento migratório sem precedentes, e manifestações que levaram dezenas às prisões. Atualmente, o presidente Nicolás Maduro desbloqueou o câmbio de dólares no país, o que está gerando uma segurança econômica e abrindo possibilidades de uma mudança econômica e social no país.

Na Bolívia, na mesma linha da Venezuela, os movimentos de protesto foram instigados pela oposição, grupos ligados à direita populista, com apoio dos mesmos países do caso anterior. A questão não esteve ligada aos aspectos econômicos explicitamente, mas ao inconformismo da oposição com o tempo ilimitado do mandato de Evo Morales. Com as pressões por vários meses, ele foi forçado a renunciar no fim de 2019. Mas, no ano seguinte, convocadas as eleições, o seu candidato venceu o pleito e manteve o partido ***Movimiento al Socialismo (MAS)*** de Morales, no poder.

Na Colômbia o estopim foram os altos impostos sobre as camadas sociais mais pobres, o desemprego e a falta de diálogo entre governo-população. Foram dezenas de protestos, a maioria pacífica – estas até com apresentações musicais de bandas e orquestras, e encenações teatrais; porém, a agressão policial foi desmedida e resultou em quatro mortes de civis. Enquanto que no Equador, o governo provocou a revolta social definindo o fim dos subsídios para os combustíveis. A população saiu em massa para as ruas, e os protestos foram tantos e tão intensos que a medida foi rapidamente revertida.

Nos Estado Unidos em vários estados as ruas também foram ocupadas por movimentos de revolta e protestos, resultante da forte repressão policial acentuadamente em relação a grupos minoritários e negros. Estima-se que a polícia mate cerca de 1.200 pessoas todos os anos nos Estados Unidos, mas apenas 1% dos casos os policiais são acusados formalmente (CRAWFORD, 2020). O mais recente que se tornou emblemático foi o caso de

George Floyd, homem negro, assassinado por sufocamento pela polícia de Minnesota. Desse episódio, decorreram uma intensa série de protestos e tumultos, gerando uma pressão pública que levou a oficialização da acusação aos policiais envolvidos.

Outros movimentos muito marcantes em 2019, foram os relacionados às questões climáticas, inspirados ou liderados pela adolescente Greta Thunberg. Esses fizeram milhares de estudantes em vários países se manifestarem, por meio de greves e ou protestos de rua, exigindo medidas urgentes para o enfrentamento dessa problemática global. A ativista sueca, pessoalmente, levou à ONU denúncias formais contra vários países e alguns em particular, considerados pelo movimento como os maiores destruidores ambientais: Brasil, Alemanha e França.

Por toda a Europa movimentos de independência, separatismo ou do “Brexit” levaram centenas de milhares de pessoas a protestarem durante todo o ano de 2019. Escócia marchou pedindo independência do Reino Unido; este, por sua vez, eclodiu em manifestações a favor e contra o Brexit – com grupos conservadores liderando a saída. E a Catalunha em intensas e volumosas paradas pela separação da Espanha, enfrentando forte repressão policial. Corrupção, manobras políticas e retirada de direitos sociais levaram multidões às ruas da França (Protestos dos Coletes Amarelos), República Tcheca, Eslováquia e Rússia.

África, Oriente Médio, Extremo Oriente e Oceania também tiveram um ano de 2019 com agitações e violências na arena política em decorrência das rupturas com a Democracia, do distanciamento entre Governo-Nação levando a retrocessos em direitos sociais e culturais, precarização dos serviços públicos, inflação, desemprego e miséria. Os estopins para as manifestações, algumas muito violentas, resultando em centenas de mortes e milhares de presos, mas também em renúncias e recuos políticos. Questões que pautaram essa região foram: autoritarismo e inflação, na Argélia e no Sudão. Corrupções e abusos de poder no Iraque. Altos preços do combustível, no Irã (protestos resultaram em 200 mortes). Fraude eleitoral em Malawi, e indicação de ministro impopular na justiça na Coreia do Sul. Violentos protestos por moradia e serviço público de qualidade na África do Sul. Impostos em excesso, no Líbano. Mudanças de legislações como o do código penal, na Indonésia; criação da Lei de extradição em Hong Kong, e movimento separatista em Pádua com dezenas de mortos. (AFP, 2019)

O descortinar estratégico: as contribuições da folkcomunicação

É para esse contexto de rupturas democráticas e grandes manifestações sociais que a Folkcomunicação traz contribuições importantes no descortinar desses processos e, pode ser adotada como teoria estratégica de leitura e construção de significado.

A Folkcomunicação preenche o hiato, quando não o vazio, não só da informação jornalística como de todas as demais funções de comunicação: educação, promoção e diversão, refletindo o viver, o querer e o sonhar das massas populares excluídas por diversas razões e circunstâncias do processo civilizatório, e exprimindo-se em linguagem e códigos que são um desafio ao novo [...] (BELTRÃO, 1980, p.26)

E o que descortinar?

- As causas pelas quais a separação entre representado e representante se acentuou ao ponto da rejeição popular, sem distinções;
- As emoções coletivas que, ao encontrarem barreiras para seus anseios, abrem novas vias de manifestação/comunicação e empoderamento;
- Os grupos marginalizados (rurais, urbanos e os culturalmente marginalizados) levam à compreensão das polarizações de poder e na nova configuração das classes sociais;
- A comunicação dos marginalizados (seus meios/formas, suas mensagens e líderes de opinião) possibilita o entendimento dos processos e atuações na arena política;
- As redes culturais comunicativas vividas/físicas e as representadas nas redes digitais, enquanto manifestações sociais e de protestos, como via de mobilização e posicionamento dos grupos minorizados e marginalizados;
- O sistema de Folkcomunicação que coloca o processo da comunicação em múltiplos estágios, para entender o processo de mediação e diálogo;
- O líder de opinião como mediador do processo de diálogo/não diálogo – entre representantes e representados, aproximação com atores da arena política;
- O ativismo midiático/Folkmídia para criar mecanismos de pressão e voz dos grupos marginalizados, identificação e ação em canais próprios para superar as forças hegemônicas.

Tomando essas linhas para a reflexão do processo de ruptura democrática no campo da Folkcomunicação, podemos iniciar considerando que os movimentos de protesto e pressão na arena política, elencados acima, foram amplamente divulgados nos meios de comunicação de massa tradicionais, e nos meios digitais criando fluxos de informação hegemônica e contra hegemônica. Os próprios movimentos utilizaram as redes sociais digitais para transmitir e registrar suas causas e lutas. Muitas “lives”, debates, cursos preparatórios, articulações entre diferentes segmentos, se espalharam febrilmente pelas redes por todo o planeta em busca de socialização, interação e significados.

Para a sociedade em geral, a principal fonte de produção social de significados é o processo da comunicação socializada. Esta existe no domínio público para além da comunicação interpessoal. A contínua transformação da tecnologia da comunicação na era digital amplia a comunicação para todos os domínios da vida social, numa rede que é simultaneamente global e local, genérica e personalizada, num padrão em constante mudança. (CASTELLS, 2013, p.11)

Mas é na comunicação própria ao grupo que o significado para o ativismo se constrói. Castells (2013) fala sobre a autocomunicação, como um processo que utiliza as mídias digitais, entendidas como comunicação massiva horizontal e multimodal, com “uma referência constante a um hipertexto global de informações” em que os atores sociais – individual ou coletivo - podem interpretar e reinterpretar de acordo com seus valores, com objetivo de fortalecimento e emancipação. Por isso, existem vários mecanismos para o controle do uso das redes digitais, elas possibilitam a formação e mobilização da sociedade para a construção de uma sociedade mais autônoma; enquanto as redes de poder hegemônico se articulam em “metarredes” da economia, das mídias, da política, da produção cultural, da segurança, para controle social e centralização/acúmulo das riquezas.

O Estado se constitui como a principal rede de poder que articula e possibilita todas as demais redes, regulamentando e criando canais de interconexão. Mas, quando este está sendo propositalmente desestruturado pelas demais instâncias hegemônicas de poder, o projeto de emancipação, governança participativa e cidadania coletiva é extinto. É retirado o significado coletivo de representatividade, levando incertezas aos movimentos sociais, enfraquecendo sua ação de contrapoder.

Essa rede hegemônica, exige uma articulação social que vai além dos espaços comunicacionais tradicionais, é preciso que haja a ocupação do espaço público em grandes

manifestações e insurgências como instrumento de pressão. São as redes culturais comunicativas que vão criar diferentes relações entre múltiplos grupos e níveis de poder, vão articular imperativos diversos no sentido de atender as demandas populares para sua mobilização. Essas redes culturais são espaços de diálogo e identidade, que se apresenta como um meio para a comunicação entre diferentes sujeitos, configurando uma rede comunicativa. (Schmidt e Santos, 2017)

Schmidt (2016) define essa rede cultural comunicativa como espaço de Folkcomunicação,

(...) como a dimensão primária para a comunicação interpessoal e a composição de grupos ativos de audiência, ou seja, as redes sociais como conjuntos de ações múltiplas e simultâneas de comunicação que proporcionam a interação entre diferentes indivíduos, grupos e níveis nos processos culturais. Estas, conferem aos indivíduos, um poder de participação em redes comunicativas que vão do interpessoal ao empresarial, do pessoal ao comunitário e ao planetário através de recursos interativos próprios a cada cultura. As Redes se instituem a partir de interesses comuns que vão do econômico ao religioso, do afetivo ao artístico de seus agentes ativos e promotores e demais participantes (SCHMIDT, 2016 p. 13).

Nesse espaço folkcomunicacional, cada participante pode, a partir dos vínculos interpessoais, refletir sobre si, seu modo de vida e a sua maneira de entender o contexto no qual trabalha, reside e participa das práticas culturais e das ações políticas. Ao serem inseridas nas redes digitais possibilita uma aproximação mais direta entre os líderes de opinião/ativistas, e intensifica as possibilidades de diálogo coletivo em rede por meio de computadores e telefonia móvel. Esses atores têm seu desempenho na arena política, ou seja, “o lugar onde ocorre a disputa política”. Por isso é importante ficar claro que os indivíduos, grupos e organizações que influenciam o processo político não têm comportamentos ou interesses estáticos, mas sim dinâmicos de acordo com os papéis que interpretam. Os atores devem interagir e participar igualmente dos processos, definir pautas e projetos, buscar recursos, promover aproximações e diálogos, fazer coligações, e resolver conflitos na arena política (SECCHI, 2017 p.77).

Portanto, as comunidades à margem do contexto produtivo hegemônico e globalizado podem formar redes comunicativas de “indignação e esperança”, para posicionarem suas pautas e atuarem como grupos de pressão, com agentes/líderes folk ou ativistas midiáticos. Elas vão estabelecendo relações do local ao global para demarcar sua territorialidade e refletir

sobre seus interesses (SCHMIDT, 2014, p.48). A compreensão desse cenário dos grupos marginalizados, coligados em seus processos de folkcomunicação, com presença significativa de ativistas midiáticos, é possível por meio da prática dos sujeitos ativos e dos ativistas midiáticos.

Para Trigueiro (2008) todos esses atores que exercem uma atividade de acesso aos veículos comunicativos hegemônicos/massivos são considerados sujeitos ativos, o que difere dos ativistas, que além de acessarem os meios, desempenham uma atividade de militância, e assim, planejam e participam de movimentos nos quais manifestam suas posições. Portanto, o ativista midiático é um motivador, que parte do anonimato para o reconhecimento público, ou seja, passa a ter visibilidade local e até global.

E, nesse contexto em que a globalização se configura em uma fase mais perniciosa e sutil para o desmonte democrático, recorremos a Trigueiro (2006) que avalia ser fundamental a compreensão dos sistemas folkcomunicacionais e do papel dos ativistas midiáticos que “atuam nos movimentos participativos de cidadania, como agentes comunicadores vinculados aos movimentos culturais que utilizam estratégias, que legitimam a sua participação como cidadãos conscientes do seu papel na organização da sociedade civil” (TRIGUEIRO, 2006 p. 10).

No contexto de rupturas democráticas, então, os movimentos sociais operam como atores fundamentais na arena política e não manifestam apenas os aspectos ligados a uma situação, apresentam características decorrentes do contexto social em que estão inseridos, dando-lhes forma e significado. Portanto, na sociedade capitalista e globalizada com acentuadas rupturas democráticas, as manifestações assumem diferentes status: de resistência, de divergência e oposição, de convergência e acomodação, de decisão. Isso quer dizer que, as manifestações culturais adaptam suas expressões de modo a tornarem-se um importante instrumento para crítica, pressão e reivindicação.

Cada grupo social se manifesta de modo a criar referências, estabelecer diálogos e conquistar espaços sociais que lhe proporcionem uma vida melhor, no cenário analisado, reivindicam uma Democracia Participativa. Por isso é importante ficar claro que os indivíduos, grupos e organizações que influenciam o processo político não têm comportamentos ou interesses estáticos, mas sim dinâmicos, como já foi dito, de acordo com os papéis que interpretam. Esse é exatamente o ambiente em que ocorrem os processos folkcomunicacionais e, portanto,

A investigação da natureza, dos elementos e da estrutura, dos agentes e usuários, do processo, das modalidades e dos efeitos da folkcomunicação é absolutamente necessária, Notadamente em países como o(s) nosso(s), de elevado índice de analfabetos, de disseminação populacional irregular, de reconhecida má distribuição de rendas e acentuado nível de pauperismo e, em consequência desses e outros fatores, por frequentes crises institucionais que conduzem à inevitável instabilidade política. (Beltrão, 1980, p.27)

Para Beltrão (1980) esses movimentos são decorrentes de relações interpessoais em diferentes níveis, com vários mediadores que decodificam e valorizam as mensagens e canais que viabilizam a fala, a forma, o lugar dos grupos marginalizados no cenário público. É nesse sentido que as redes folkcomunicacionais e a arena política não se desenvolvem num contexto individual e sim, no cenário público e coletivo. Tanto as ações folkcomunicacionais quanto o que envolve as estratégias de um Estado Democrático, se manifestam em territórios de interação, no qual a ação coletiva, independentemente do número de sujeitos, se articula num movimento dinâmico.

Considerações Finais

“Sopram ventos malignos no planeta azul”, com essa frase de Manuel Castells (2018) iniciamos o artigo para apontar as múltiplas crises por que passam os sistemas democráticos no mundo. Desde os países considerados potências econômicas aos subdesenvolvidos, que se renderam ao neoliberalismo selvagem e romperam o compromisso social gerando impactos de grande retrocesso em todas as áreas: habitação, alimentação, emprego/renda, saúde, educação, cultura. Rupturas que provocaram o surgimento de movimentos sociais de reivindicação e protestos, que eclodiram por todo o território mundial durante o ano de 2019.

Como demonstramos, foram muitos os protestos que se opuseram ao desmonte da Democracia. Foi um ano em ebulição, com muitas economias em colapso, corrupções governamentais e empresariais, aumento de violências e desigualdades de todos os tipos; e, acentuou um processo de miserabilidade e fragilidade social. Algumas dessas marcantes manifestações, apontaram que as perdas foram tantas que até “perderam o medo” de enfrentar os grupos hegemônicos. Isso motivou ainda mais os ativismos civis/populares em defesa de direitos, de participação e de manutenção da democracia.

Multidões foram às ruas e se mantiveram por meses em protestos, como foi o caso dos “Coletes Amarelos” na França, e das passeatas no Chile. A maioria absoluta dos movimentos e marchas foram pacíficas, mas várias tiveram que enfrentar a brutalidade das forças militares e de segurança. Enfrentamento importante que resultou na derrubada ou renúncia de lideranças governamentais em sete países: Porto Rico, Venezuela, Bolívia, Argélia, Líbano, Iraque e Sudão.

Foi nesse contexto de rupturas e manifestações que trouxemos a Folkcomunicação como disciplina estratégica; seja na identificação dos atores e procedimentos comunicativos de grupos sociais de resistência, seja na utilização teórica relativa aos mecanismos comunicativos e às características dos grupos marginalizados.

Pois é justamente nesse cenário que os movimentos sociais operam como folkcomunicadores – líderes de opinião ou líderes folk - fundamentais e protagonizam os embates na arena política. E, é aí que as manifestações assumem diferentes status, como dissemos no decorrer do artigo, se dispõem como resistência, divergência e oposição; e também se articulam para a convergência e a acomodação para a decisão. Isso quer dizer que, as manifestações culturais adaptam suas expressões de modo a tornarem-se um importante instrumento de comunicação própria para a crítica, a pressão e a reivindicação.

Portanto, reapresentando o que já foi dito, as comunidades à margem do contexto produtivo hegemônico e globalizado podem formar redes comunicativas de “indignação e esperança”, para posicionarem suas pautas e atuarem como grupos de pressão, com agentes/líderes folk ou ativistas midiáticos. Elas vão estabelecendo relações do local ao global para demarcar sua territorialidade, refletir sobre seus interesses, agir para a transformação. Por meio da prática dos sujeitos ativos e dos ativistas midiáticos, tanto as ações folkcomunicacionais quanto o que envolve as estratégias de um Estado Democrático, se articulam num movimento dinâmico.

Chegamos à conclusão de que a prioridade emergente está em criar mecanismos comunicacionais/políticos cada vez mais claros e firmes para que as sociedades restabeleçam os processos constitucionais e o Estado de Bem Estar Social, fortalecendo as democracias por todas as partes do planeta. Esses mecanismos, estão sendo fortemente reivindicados por meio de manifestações sociais e políticas para garantir, mesmo que forçadamente, a harmonia mundial e a cidadania coletiva.

E, por fim, a disciplina fundamental para dar suporte metodológico a esses mecanismos, para descortinar os diferentes pontos frisados a serem abordados, é a Folkcomunicação. Pois esta é a disciplina que acolhe e decodifica os grupos marginalizados em seus processos de insurgência, pressão e determinação social.

Referências

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação**: a comunicação dos marginalizados. São Paulo: Cortez, 1980.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação**: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de ideias. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CRAWFORD, Alan. Estes são os protestos que abalaram o mundo em 2019. Disponível em: <https://exame.com/mundo/estes-sao-os-protestos-que-abalaram-o-mundo-em-2019/>. Acesso em 11 de setembro, 2020.

DOWNING, John D. H. **Mídia Radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Editora SENAC, 2004.

DULCE, Emilly; CARVALHO, Igor; CONSOLE, Luciana. Mais de um milhão vão às ruas em defesa da educação e contra a reforma da Previdência. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/15/em-todos-os-estados-brasileiros-vao-as-ruas-em-defesa-da-educacao-e-contra-bolsonaro>. Acesso em 12/09/2020.

Agence France-Presse (AFP). 2019 foi o ano de todos os protestos no mundo. E 2020? Disponível em: <https://exame.com/mundo/2019-foi-o-ano-de-todos-os-protestos-no-mundo-e-2020>. Acesso em 12/09/2020.

GIOVANNI, G. e NOGUEIRA, M. A. (Orgs) **Dicionário de políticas públicas**. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

LEVITSKY, Steven e ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

Lu Sudré. Extrema pobreza deve atingir mais de 83 milhões na América Latina e Caribe em 2020. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/18/extrema-pobreza-deve-atingir-mais-de-83-milhoes-na-america-latina-e-caribe-em-2020>. Acesso em 20 de agosto, 2020.

MADEIRO, Carlos. Governo corta 158 mil do Bolsa Família em meio a covid-19. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/20/governo-corta-158-mil-do-bolsa-familia-em-meio-ao-covid-19-61-sao-do-ne.htm>. Acesso em 20 de agosto, 2020.

OLMO, Guillermo D. O plano de Nicolás Maduro para pegar carona nos dólares que circulam contra hiperinflação. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55957816>. Acesso em 28/02/2021.

Redação Hypes. 15 milhões de pessoas devem passar fome no Brasil em 2020. Disponível em <https://www.hypes.com.br/2020/10/15-milhoes-de-pessoas-deve-passar-fome-no-brasil-em-2020/>. Acesso em 04 de janeiro, 2021.

Redação RBA. Contra Bolsonaro e 'novo AI-5', movimentos protestam nesta terça. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2019/11/contrabolsonaro-e-novo-ai-5-movimentos-protestam-nesta-terca/>. Acesso em 20 de agosto, 2020.

SCHMIDT SILVA, Cristina. As manifestações Culturais como constituidoras de políticas públicas. (IN) Valente, H.; Prados, R.M.N.; Schmidt, C. (Org.) **A música como negócio: políticas públicas e direito do autor**. São Paulo: Letra e Voz, 2014.

SCHMIDT, Cristina. Redes Culturais Comunicativas: uma pesquisa colaborativa e interdisciplinar em Folkcomunicação. In: Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2016. v. 1. p. 1-14. Disponível em <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2669-1.pdf>> Acesso em 19 abr. 2017.

SCHMIDT, Cristina; SANTOS, Daniel M. Redes Folkcomunicacionais e Políticas Públicas: A Escola de Cidadania e Espaço Político e de Ativismo Midiático. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, Ponta Grossa/ PR Volume 15, Número 34, p.103-118, Janeiro/Junho 2017.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. **Folkcomunicação e Ativismo Midiático**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008.

TRIGUEIRO, Osvaldo. **O ativista midiático da rede folkcomunicacional**. Revista Internacional de Folkcomunicação, vol. 4, n. 7, 2006. Disponível em <<http://www.revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/536/370>> Acesso em 19 abr. 2017.

UNICEF. À medida que mais pessoas não têm o suficiente para comer e a desnutrição persiste, acabar com a fome até 2030 é uma incerteza, alerta relatório da ONU. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/acabar-com-fome-ate-2030-e-incerteza-alerta-relatorio-onu>. Acesso em 20 de agosto, 2020.